

DE UM A OUTRO PARADIGMA:

Continuidades e descontinuidades da pesquisa em Jornalismo no Brasil e América Latina

Copyright © 2013
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

LUIZ G. MOTTA
Universidade de Brasília

RESUMO - O artigo faz um contraponto entre o paradigma crítico, orientado para a ação, hegemônico na segunda metade do século passado, e o paradigma da pureza científica e da castidade teórica atual, que exige um distanciamento sujeito/objeto. O objetivo é identificar continuidades e descontinuidades da pesquisa em jornalismo e comunicação. O autor não faz uma opção, nem apresenta recomendações, mas adverte para o caráter inevitavelmente histórico das teorias sociais, endossa a antropo-ética de E. Morin, seu paradigma holístico-humanitário, e a proposta de Sousa Santos de compreender a ciência enquanto uma prática social de conhecimento em permanente diálogo com o mundo.

Palavras-chave: Pesquisa em comunicação e jornalismo. Confrontos conceituais. Ciências sociais. Paradigmas. Teorias.

DE UN PARADIGMA A OTRO: continuidades y discontinuidades de la investigación en periodismo en Brasil y América Latina

RESUMEN - El artículo plantea un contrapunto entre el paradigma crítico, orientado a la acción, hegemónico en la segunda mitad del siglo pasado, y el paradigma actual de la pureza científica y la castidad teórica, que exige un distanciamiento sujeto/objeto. El propósito es identificar continuidades y discontinuidades de la investigación en periodismo y comunicación. El autor no elige ninguna opción, ni presenta recomendaciones. No obstante, advierte del carácter inevitablemente histórico de las teorías sociales y apoya la antropoética de E. Morin, su paradigma holístico-humanitario, y la propuesta de Sousa Santos de comprender la ciencia como una práctica social de conocimiento en permanente diálogo con el mundo.

Palabras clave: Investigación en periodismo y comunicación. Confrontaciones conceptuales. Ciencias Sociales. Paradigmas. Teorías.

FROM ONE TO ANOTHER PARADIGM: Continuities and discontinuities of research in journalism in Brazil and Latin America

ABSTRACT - The article makes a counterpoint between the critical paradigm, action-oriented, hegemonic in the second half of the last century, and the paradigm of scientific purity and of current theoretical chastity, which requires a distancing between subject and object. The aim is to identify continuities and discontinuities of research in journalism and communication. The author does not make a choice either recommendations, but warns about the inevitably historical aspect of social theories, endorses E. Morin's anthropoethics, his holistic-humanitarian paradigm, and the proposal of Sousa Santos to understand science as a social practice of knowledge in constant dialogue with the world.

Keywords: Research in communication and journalism. Conceptual clashes. Social sciences. Paradigms. Theories.

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Seria ambição desmesurada sintetizar neste artigo as inúmeras vertentes dos estudos em jornalismo no Brasil e na América Latina. A diversidade é imensa e a tarefa seria hercúlea, quase impossível¹. Por isso, cometei simplificações que, entretanto, não me impedem de esboçar algumas generalizações sobre os paradigmas dominantes da pesquisa em comunicação e jornalismo, na região, em dois períodos distintos, a partir de algumas saliências. Será uma tentativa de compreender as continuidades e descontinuidades no percurso da pesquisa na região². Exceções e divergências pontuais serão ignoradas, para que eu possa chegar às provocações que pretendo fazer a partir da narrativa que tentarei reconstituir. O objetivo é identificar alguns paradigmas que demarcaram posições epistemológicas na região, a partir de uma perspectiva evolutiva. Esses paradigmas podem fornecer indicações sugestivas para identificar continuidades ou descontinuidades, além de descortinar novos caminhos para a pesquisa.

Farei um contraponto entre os paradigmas hegemônicos em dois períodos distintos da pesquisa em jornalismo no Brasil e América Latina, e assumirei uma posição na comparação entre os dois paradigmas. Minhas considerações desenvolver-se-ão no nível metateórico, o das influências de paradigmas abrangentes sobre as teorias específicas do jornalismo. A discussão será desenvolvida, portanto, no nível da ontologia: aspectos do mundo social sobre os quais a pesquisa em jornalismo deve teorizar, o que deve ser tomado como um conhecimento sobre o mundo empírico, e até onde a teoria pode servir de orientação para a ação sobre este mundo. O meu ponto de vista pessoal ficará claro no percurso que farei.

Apresento, desde logo, o meu ponto de partida: toda ciência, toda construção teórica, é um campo de enfrentamentos e conflitos entre perspectivas, pontos de vista e posições epistemológicas divergentes. Por conseguinte, nenhuma teoria, nenhum projeto de pesquisa é neutro. Há sempre teorias e paradigmas concorrentes por trás de cada estudo acadêmico. Qualquer teoria, qualquer epistemologia implica sempre em pré-opções conceituais e metodológicas que necessariamente colocam cada projeto individual em uma determinada posição nos conflitos científicos e acadêmicos³. A ciência, como tantos outros campos, é um espaço de enfrentamento entre teorias e paradigmas. Ignorar esse preceito epistemológico é alienar-se em relação aos conflitos em curso na sociedade e na ciência.

Desde esse ponto de partida, desenvolvo meu raciocínio neste

artigo. Argumento para reforçar que abraçar um ou outro paradigma implica em uma tomada de posição epistemológica e valorativa, mesmo quando a adesão a valores é negada pelo pesquisador. Se preferirmos restringir essa discussão às questões especificamente conceituais e metodológicas, argumento, complementarmente, que a adesão a um ou outro paradigma implicará em uma qualidade diferenciada das teorias e pesquisas, em uma capacidade de elas explicarem o jornalismo de forma mais restrita ou mais compreensiva.

Farei, inicialmente, um breve resumo de algumas tendências da pesquisa em comunicação e jornalismo na América Latina durante a segunda metade do século passado. Esse breve *passeio conceitual* não fará uma revisão exaustiva, nem pretende esgotar os conflitos em curso naquela época. Apenas realçará certos confrontos conceituais a fim de demonstrar até onde a pesquisa estava, naquele momento, envolvida com as grandes questões políticas e sociais que a afetavam, e as quais ela, reciprocamente, influenciava.

1 O PARADIGMA CRÍTICO

A pesquisa pioneira em jornalismo na América Latina, na segunda metade do século passado, era uma pesquisa engajada, para não dizer militante. Com essa afirmação, quero dizer que ela se desenvolveu historicamente vinculada a algum tipo de denúncia, ao inconformismo ideológico ou a propostas de ação ou reação política. Diferentemente dos Estados Unidos ou da Europa, onde no mesmo período a pesquisa esmerava-se na assepsia de valores, na neutralidade ideológica e no distanciamento do objeto para conquistar o status de ciência isenta, a pesquisa em comunicação (e em jornalismo) na América Latina envolveu-se direta ou indiretamente com as lutas políticas, os movimentos contra o autoritarismo das ditaduras militares ou a hegemonia político-ideológica da indústria cultural. Os pesquisadores posicionavam-se quase sempre ao lado dos movimentos de resistência cultural e ideológica e das lutas pela democratização, alimentavam-se deles e os abasteciam.

Na segunda metade do século passado, essa opção era historicamente inevitável. A região passava por instabilidades políticas agudas e transformações sociais dramáticas. As organizações de pesquisa e os pesquisadores da área social estavam institucionalmente envolvidos com os movimentos sociais, uns mais, outros menos. A influência da revolução cubana e da utopia socialista eram muito fortes em toda a intelectualidade latino-americana. Além disso, havia consenso a respeito de um inimigo onipresente: as ditaduras militares

que necessitavam ser derrotadas, antes de tudo. A liberdade de cátedra e de pesquisa fazia parte da própria reivindicação das liberdades, em seu conjunto. Assim, a pesquisa em jornalismo na região nasceu inevitavelmente enraizada nas imediatas lutas políticas e sociais do período; conceitos como desenvolvimento e subdesenvolvimento, luta de classes, imperialismo cultural, dependência cultural e informativa etc., hoje em desuso, marcavam pontos de partida epistemológicos, quando não se transformavam em palavras de ordem políticas e conceituais.

Se o engajamento da pesquisa em comunicação (predominantemente em jornalismo) naquele período revelava um forte viés político, a origem desse comprometimento político estava nas relações sociais. Questões econômicas e sociais graves persistiam independentemente do regime político, da ausência ou presença de liberdades. A América Latina sempre foi um continente de contrastes, onde a desigualdade social e econômica é explícita. Quanto aos indicadores de concentração de renda na região, eram (e continuam) dramáticos. Em todos os países há segmentos de pobreza aviltante, miséria à flor do dia, violência física, violência simbólica, carências estruturais profundas no sistema educacional e na saúde pública, insuficiência na geração de empregos, oportunidades restritas de geração de renda, e assim por diante. Frente a tanta injustiça e exclusão, era antiético fazer uma pesquisa alheia à desigualdade social.

Evidentemente, esse envolvimento político implicou em opções conceituais e epistemológicas profundas. Foi certamente pela necessidade de fazer da pesquisa um instrumento político que o paradigma crítico marxista tornou-se a episteme predominante nos estudos da comunicação e do jornalismo na região durante as três primeiras décadas da segunda metade do século passado. Como em todo estudo de cunho marxista, a luta de classes, o modo de produção e as relações de produção eram os pontos de partida; e, por sua vez, a questão da dominação ideológica, o ponto de chegada. Por conseguinte, comunicação e luta de classes, comunicação e ideologia, comunicação e dependência cultural, e outras expressões afins constavam dos títulos de muitas teses, livros ou artigos publicados neste período pioneiro.

Nesse mesmo período, a entrada em cena do estruturalismo, de vertente francesa, e da análise estrutural, de origem na linguística e antropologia, fundiu esse elegante paradigma ao potente paradigma da economia política, de origem marxista. No jornalismo, os estudos pioneiros de Armand e Michelle Mattelart (MATTELART; MATTERLART; PICCINI, 1970) sobre o jornal *El Mercurio* no Chile (publicados no

Cuardernos de la Realidad Nacional, do Centro de Estudos de la Realidade Nacional – CEREN – criado e dirigido pelo economista chileno Jaques Chonchol durante o governo do socialista Salvador Allende), e a análise de Eliseo Verón sobre a imprensa liberal argentina no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 são emblemáticos. Embora os dois autores fizessem mútuas críticas um ao outro em seus artigos e livros da época, ambos adotaram um enfoque marxista-estruturalista que teve forte influência nos estudos do jornalismo nas décadas subseqüentes.

Outro exemplo ilustrativo do engajamento político nos estudos sobre o jornalismo no período é o enfrentamento entre a proposta da análise de conteúdo quantitativa e a contraproposta da análise crítica estrutural-semiológica. O paradigma estruturalista (empoderado pela economia política) fazia um franco enfrentamento contra a análise de conteúdo de origem norte-americana (e francesa), difundida na região através do Ciespal – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação da América Latina. Os estruturalistas acusavam a análise de conteúdo de permanecer na superfície do discurso, só estudar os conteúdos manifestos e não alcançar a profundidade ideológica das mensagens jornalísticas da imprensa burguesa, que consolidava a cultura dominante. O estudo de Verón (1969), acima citado, por exemplo, fez contundentes críticas à análise de conteúdo, acusando-a de atrelamento ao paradigma funcionalista conservador, embora a análise semiológica estrutural seja também uma ferramenta incapaz de superar a imanência do discurso e, metodologicamente, inábil para vincular os discursos à estrutura de poder que os produz. Nesses estudos, a vinculação entre ideologia e poder ficava para um momento *a posteriori* das análises em si, de maneira mais ou menos arbitrária.

Já no início dos anos 1980, a criação da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC) foi o coroamento do engajamento político dos pesquisadores da região. A ALAIC nasceu como tentativa de unir os esforços dos pesquisadores da comunicação (e do jornalismo) diante das alternativas sobre o que fazer frente ao autoritarismo dos governos militares, uma vez que a tensão política impregnava as pesquisas, as teses e os eventos acadêmicos. A essa altura, porém, os pesquisadores haviam se dado conta de que não bastava denunciar a ideologia dominante, era necessário enfrentá-la através de meios e mensagens que expressassem as reivindicações dos setores populares e visões de mundo diferentes daquelas presentes no conteúdo dos jornais liberais.

Nos primeiros anos de sua existência, a associação e os

pesquisadores latino-americanos fizeram um enfrentamento aberto à entidade máxima da imprensa liberal da região (a Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP) e à entidade dos proprietários de emissoras de rádio e televisão (na época, AIR). Nessa perspectiva, a proposta institucional mais viável para democratizar os meios de comunicação da região era a implantação de políticas nacionais de comunicação e cultura, iniciativa incentivada pela UNESCO. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 essa alternativa foi tema predominante em dezenas de reuniões, seminários e publicações dos pesquisadores.

Em oposição radical à proposta, a SIP promovia sucessivos encontros dos proprietários de jornais da região, que preenchiam depois páginas dos jornais e telas dos telejornais contra-argumentando. Por essa razão, dezenas de editoriais contra a proposta foram publicados no período. Desse modo, o enfrentamento conceitual e político na área da comunicação na América Latina ganhava as ruas, a imprensa e chegava a um momento tensão explícita. O clímax ocorreu com a publicação, pela UNESCO (1980), do livro *Um só mundo, múltiplas vozes* (mais conhecido como Relatório MacBride)⁴, que provocou, em 1985, uma atitude radical do governo dos Estados Unidos: ele retirou o seu aporte financeiro à entidade, argumentando que a proposta das políticas nacionais de comunicação feria a liberdade de imprensa. Nesse clima de intenso enfrentamento político, era impossível prevalecer na região uma pesquisa asséptica, isenta e neutra.

Havia, ainda, outros focos de tensão no campo da comunicação que confrontavam paradigmas antagônicos e envolviam os pesquisadores. Estimulados pela igreja católica (principalmente os adeptos da teologia da libertação) e pelos movimentos sociais de base, começaram a se disseminar na região meios de comunicação alternativos e populares: jornais de bairro, emissoras comunitárias, oficinas de mobilização social, cada qual mais ou menos vinculado aos movimentos sociais do campo ou das cidades. As ideias de Paulo Freire sobre a consciência das massas e as práticas de libertação e de mobilização impregnavam a maioria dessas iniciativas populares⁵. A mobilização pela base através de meios alternativos era uma clara confrontação conceitual e política com o difusionismo, filhote dos paradigmas behaviorista e funcionalista norte-americanos, que havia se alastrado nas agências de extensão rural da região, na época⁶.

Nesse rol de iniciativas locais, comunitárias ou de movimentos sociais de base, nasceu e proliferou o estudo mais tarde batizado de “pesquisa-participante”, um explícito exemplo de engajamento da

pesquisa social. Essa proposta metodológica sugere uma relação intersubjetiva entre o sujeito e o seu objeto de pesquisa. Em nosso continente, essa relação intersubjetiva adquiriu um caráter bastante diferente da observação participante originária da etnografia antropológica. Aqui, o adjetivo *participante* passou a significar ação política: conscientização popular, militância e mobilização do próprio objeto pesquisado (a população local) durante o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, sujeito e objeto confundiam-se em um só corpo, que se autoconhecia enquanto se tornava conhecido (THIOLLENT, 1980)⁷.

Foi, portanto, intenso o envolvimento social dos pesquisadores da região entre os anos 1960 e 1990 em todas essas vertentes epistemológicas, ressaltando que a prática da pesquisa não se desvinculava da prática política. Vale observar, a título de ilustração, que o próprio Mattelart, acima citado, reconheceu, tempos depois, que a sua obra mais conhecida e criticada, *Para ler o Pato Donald* (MATTELART; DORFMAN, 2010), uma análise política decididamente antiamericana e anti-imperialista, aproximava-se de um manifesto político-cultural, caso típico de uma análise com pretensões acadêmicas do período, que simultaneamente desempenhava o papel de um manifesto político. Fato que hoje soa estranho, mas compreensível no contexto de tensão política e ideológica da região em meados do século passado.

Para muito além do marxismo ou do estruturalismo, a indignação então prevalecente entre os pesquisadores de uma região politicamente autoritária, econômica e socialmente desigual, informativa e culturalmente dependente, demonstrava a necessidade imperativa de uma pesquisa comprometida com a luta pela justiça social, por maior liberdade política e acadêmica, ou seja, uma pesquisa engajada com a emancipação humana e os ideais de uma sociedade mais justa e democrática, benefícios ausentes para a maioria da população da região naquele período pioneiro. Dessa maneira, o compromisso social dos primeiros estudos do jornalismo e da comunicação na América Latina trazia, embutidos, a busca por um mundo melhor, visões alternativas de sociedade, emancipação e dignidade humana, um “humanismo radical”, para resumir.

É no campo da metateoria, portanto, que podemos considerar o paradigma crítico como inspirador das pesquisas em jornalismo e comunicação na América Latina na segunda metade do século passado, como esta breve revisão demonstrou. Apesar da diversidade, a maioria dos pesquisadores tomava como ponto de partida a divisão da sociedade em classes sociais, a existência soberana de uma classe hegemônica e

a relação assimétrica dos fluxos da comunicação. Esse desequilíbrio econômico e político foi determinante para os pesquisadores confirmarem as conexões entre as classes dominantes e os aparelhos ideológicos. O que os pesquisadores pretendiam, influenciados em um segundo momento pelos velhos e os novos frankfurtianos, era a emancipação dos sujeitos frente às forças de opressão⁸.

Um breve parêntese: também entre as perspectivas críticas, havia enfrentamentos acirrados, mas sempre tendo em vista a ação. Por exemplo, as ponderações argutas e ponderadas de Barbero (1998) e Canclini (1983, 1997), inspiradas em autores dos estudos culturais ingleses, opunham-se às ideias frankfurtianas⁹. Os estudos culturais ingleses (uma perspectiva também crítica) mostraram, por sua vez, que a dominação de classes não é linear. Segundo essa corrente, não há uma ideologia dominante (ou dominada) pura, sem contaminação adversária, nem há dominação absoluta. A disputa ideológica tem um tom cinza, mais que preto ou branco. Na cultura, advertia essa corrente, há sempre uma disputa pela hegemonia, com avanços e recuos, conforme a correlação de forças em cada situação histórica. É inegável a influência dessa corrente nas décadas seguintes¹⁰. O caráter contraditório das relações sociais, entretanto, não havia impregnado as pesquisas do continente em meados do século passado. Essa influência só se disseminaria no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Fecho o parêntese e volto ao paradigma crítico anterior, o qual proporcionava um posicionamento epistemológico explícito aos pesquisadores, um ativismo intelectual que resultou em um caráter normativo da teoria: ela era um poder para orientar a ação. Na AL daquele período, a ciência não era só um lugar de conflito, era parte do próprio conflito político; sintetizava não apenas a luta pela democratização e a justiça social, mas também a resistência de um paradigma crítico frente aos paradigmas hegemônicos primeiromundistas, o behaviorismo/funcionalismo. A relação sujeito-objeto era quase sempre intersubjetiva. Mais que proximidade, entretanto, havia um constante processo social de alimentação e retroalimentação. Para sintetizar, parafraseando Paulo Freire, eu diria que a inscrição crítica da pesquisa na história fazia do próprio objeto, a comunicação, uma “prática de liberdade”.

2 QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA

Até aqui, reconstituí, em linhas gerais, a narrativa sobre o percurso da pesquisa em jornalismo (e comunicação) no Brasil e na América Latina na segunda metade do século passado. Recuperar os

paradigmas e conflitos representativos desse momento pioneiro de maneira mais compreensiva, entretanto, é tarefa para um estudo de maior fôlego que a despreziosa reflexão que desenvolvo aqui. Isso não me impede de voltar agora a um questionamento específico sobre o legado conceitual e epistemológico desse rico e contraditório período, a fim de observar as continuidades e discontinuidades da pesquisa em jornalismo e comunicação na região. Formulo, então, algumas perguntas perturbadoras.

As mudanças da virada do século varreram para debaixo do tapete o engajamento acadêmico, em nome de uma assepsia de valores e de uma autoafirmação científica? Ou persiste ainda, impregnado, na memória conceitual e epistemológica dos pesquisadores da região, o compromisso de contribuir para as transformações sociais? Será que a conquista de um inegável crescimento econômico dos países da América Latina nas duas últimas décadas (incontestavelmente liderados pelo Brasil, nesse aspecto) tornou desnecessária a visada social por parte dos pesquisadores? Alcançaram os países da região uma distribuição de renda e redistribuição dos benefícios sociais suficientes para dispensar a contribuição da pesquisa para as políticas públicas sociais?

Para melhor situar as mudanças, é bom lembrar, como nos adverte T. Kuhn (2001), que um paradigma não se modifica através do desenvolvimento linear de um determinado campo de pesquisa. O paradigma antigo é corrigido ou substituído, paralelamente, por uma ruptura mais ou menos radical na sociedade, um evento histórico abrupto e pouco estruturado, o qual um determinado campo de estudos influenciará e do qual receberá influências. Cria-se, então, uma discontinuidade nos modelos e dogmas e inaugura-se um novo momento, precedido e seguido por situações de conflito, stress e contradições. Entre o apego ao passado e a inevitável mudança de rumo digladiam-se tendências, antagonismos e especulações, até que o novo paradigma instaure-se como uma nova cosmovisão científica. Qual é, afinal, o novo paradigma orientador da pesquisa em jornalismo e comunicação na região? Esse novo paradigma corresponde às transformações econômicas e sociais que estão ocorrendo na região?

A título de provocação, arrisco afirmar aqui que a diferença epistemológica mais significativa entre a pesquisa realizada no conturbado período anterior e aquela em curso no atual momento é a opção contemporânea por uma pesquisa mais neutra e imparcial, mais distante em relação à sociedade na qual ela se desenvolve. Uma pesquisa “mais objetiva e mais científica”, para resumir. Arrisco afirmar que a

pesquisa atual fez uma opção relativamente explícita em favor de uma isenção científica. Para levar isso a cabo, a meu ver, ela se distanciou do seu objeto: as relações sociais concretas. Desse modo, em nome de uma autoafirmação acadêmica, os pesquisadores preferiram distanciar-se dos fatos políticos e sociais, deixando a “militância” para os políticos profissionais, partidos e movimentos sociais engajados.

A declaração que acabo de fazer é uma provocação, mais que uma afirmação inequívoca. Primeiro, porque há matizes diversos de comprometimento social, que mudam conforme o pesquisador e as circunstâncias de sua pesquisa. Há muitas variações e tantas exceções. Segundo, porque essa afirmação necessitaria de uma comprovação empírica sistemática, esforço que foge ao alcance deste artigo.

Olhando o panorama a distância, parece-me, porém, que há uma clara opção por uma pesquisa cada vez mais preocupada com a pureza e depuração conceitual, voltada para a castidade teórica, a elegância metodológica, o controle rigoroso dos processos operacionais. Aos poucos, tornou-se hegemônica uma pesquisa distante do seu objeto, cada vez mais preocupada com as regularidades causais dos modelos conceituais, que passam a ser mais relevantes que o compromisso social como ponto de partida epistemológico.

3 A VIRADA PARADIGMÁTICA

Embora tenham raízes muito mais remotas, impossíveis de serem recuperadas nesta breve reflexão, a virada do percurso histórico ocorreu em algum momento entre a última e a penúltima década do século passado. Viramos o século já com novos rumos. O idealismo da pesquisa como instrumento de avanço político perdeu-se entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, com o fim das ditaduras, o triunfo do capitalismo de mercado e a globalização, que trouxeram com eles a hegemonia da sociedade de consumo, disseminada pela cultura midiática e pelo triunfo do pensamento cientificista. É significativo observar que o ingresso na pós-modernidade significou o fim das grandes narrativas, uma ruptura nos fios que uniam o relato de um determinado passado a um futuro predizível, o fim do evolucionismo social, conforme Lyotard (1998). Será que as transformações implicaram também no fim de um evolucionismo histórico da pesquisa em comunicação (e em jornalismo), o fim de uma narrativa histórica participante, consciente e socialmente comprometida?

A mudança da virada do século XX provocou, portanto, uma inevitável transformação na sociedade como um todo, e na

intelectualidade latino-americana. A região saiu rapidamente da pré-modernidade para a modernidade (ou pós-modernidade), para utilizar expressões de Giddens (2002), as quais considero adequadas aos objetivos deste artigo¹¹. Segundo ele, as novas formas de vida arrasaram de *maneira sem precedentes* todas as modalidades anteriores. A descontinuidade alcançou rapidamente a totalidade da superfície terrestre e mudou a natureza mesma de instituições como o estado-nação e a nossa costumeira dependência para os processos de produção tradicionais¹². Em seu campo específico, diz Giddens, as ciências sociais são parasitárias de conceitos profanos do mundo da vida, e vice-versa, reconstruindo-se a si mesmas, tanto quanto o próprio universo social, como uma espiral de influências mútuas. Essa dinâmica (des)ancora as relações sociais de seus contextos locais de estruturação e os reestrutura em novas ordens. Assim, os pesquisadores – um sistema de peritos – mudaram não por predileções profissionais ou pessoais, mas porque o mundo mudou, (des)ancorou as instituições de seus lugares tradicionais, impôs novas demandas, dissolveu o evolucionismo social e as teleologias históricas, colocando em seu lugar novos sistemas de fiabilidade (uma nova fé).

Isso não está acontecendo sem conflitos nem paradoxos, como em toda mudança paradigmática, confirmando as ideias de Thomas Kuhn (2001). Na sociedade em mudança, é paradoxal a convivência entre a sofisticação tecnológica e a incorporação das nações ao mercado global convivendo com a pobreza absoluta e a exclusão social. No campo conceitual, é paradoxal a supremacia de um modelo formal-objetivista nas ciências sociais, simultâneo a uma repetida condenação do determinismo racionalista; assim como é paradoxal o predomínio de uma lógica formal (busca rigorosa por uniformidades comportamentais, por relações imediatas de causa e efeito) simultânea a uma atitude holística que defende a abertura para o espaço interior (nossas subjetividades). É, também, paradoxal o predomínio de uma lógica fragmentária e reducionista convivendo com uma holo-epistemologia (o holismo), que propõe uma interação dinâmica entre o todo e as partes (CREMA, 1988; WEIL, 1990; CREMA e BRANDÃO, 1991). Apesar desses paradoxos, conflitos e diversidades um distanciamento “purificador” do pesquisador em relação às “impurezas” da realidade política e social parece ter se tornado hegemônico nas ciências sociais ocidentais.

Seria, então, preciso aprofundar as reflexões sobre a passagem da pré-modernidade à modernidade (ou pós-modernidade) e suas consequências, iniciadas por sociólogos como A. Giddens (2002), Z.

Bauman (2009), U. Beck (1997) e outros, a fim de clarear a complexidade da transição epistemológica. É necessário regressar à questão da continuidade/descontinuidade conceitual e epistemológica entre o período anterior e o momento atual da pesquisa em jornalismo no Brasil e América Latina, a meu ver, reflexo dessa passagem à modernidade (ou pós-modernidade). A discussão não é nova, nem é exclusiva do nosso campo, mas é importante reavivá-la periodicamente para identificar as tendências e os riscos inconscientes de nossas opções.

Além disso, há sinais sutis, alguns mesmo visíveis, de que a apologia a uma ciência social “pura” e a defesa da autonomia de seu modo de produção – a concorrência entre cientistas e a igualdade de oportunidades para todos os pesquisadores – camufla o que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1989) chama de “industrialização da ciência”. Nesse sentido, a estranheza do discurso científico em relação ao senso comum e aos discursos estético e político, como diz ele, aprofundaram a especialização da comunidade científica e não cessam de aprofundar seu distanciamento da sociedade, tornando impossível ao cientista compreender o que se passa à volta do seu cada vez mais estreito habitáculo (que ele ironicamente chama de Scientiápolis).

É interessante, também, trazer para a discussão o significativo recuo do paradigma sociológico crítico e o avanço do paradigma do equilíbrio em nosso círculo de pesquisas nesse momento de transição. O paradigma crítico, ou paradigma do conflito, vê a sociedade como um todo, na qual se enfrentam grupos sociais diversos em busca da hegemonia, permitindo ao pesquisador tomar como ponto de partida o enfrentamento entre os grupos, as relações de coerção e dominação, o significado de cada objeto social (instituições, discursos etc.) como mecanismo ou estratégia nas disputas de poder. O paradigma do equilíbrio, ao contrário, assume que as relações sociais são essencialmente harmoniosas e as desigualdades são vistas como parte de um natural processo de contínua acomodação social. O foco é, então, colocado nas transgressões e nos ajustes dos comportamentos desviantes (HAVENS, 1972).

Os paradigmas do conflito e do equilíbrio são, por sua vez, dois paradigmas sociológicos opostos que representam pré-opções conceituais e metodológicas antagônicas. Imaginativamente, se pudéssemos fazer uma classificação das pesquisas em jornalismo das três últimas décadas dentro desses dois amplos enfoques, para que lado pesaria a balança? Pergunto: até onde a tendência dominante da pesquisa em jornalismo considera os atuais conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais

como pontos de partida? Até onde ela prefere ignorá-los por considerá-los não pertinentes ou pouco adequados aos modelos conceituais? Até onde os considera pouco relevantes? Até onde prefere deixá-los de fora em nome da elegância dos modelos metodológicos, ou em nome de uma pureza conceitual?

Creio não errar muito ao afirmar que o ideal de uma pesquisa conceitual e metodologicamente mais elegante (do ponto de vista formal) e menos contaminada pelo espírito, pela política e pelo coração parece estar se tornando o modelo predominante da pesquisa em jornalismo e comunicação (assim como ocorreu em outros campos das ciências sociais) na transição da virada do século; uma pesquisa que se distancia cada vez mais do ser humano, da comunidade, da sociedade; uma pesquisa que fragmenta o conhecimento em partículas cada vez menores e mais desconectadas do todo social¹³; um problema epistemológico identificado e criticado por E. Morin (1999, p. 48):

É impossível conceber a complexidade do ser humano pelo pensamento disjuntivo, que concebe nossa humanidade de maneira insular, fora do cosmos que a rodeia, da matéria física e do espírito do qual somos constituídos, bem como pelo pensamento redutor que restringe a unidade humana a um substrato puramente bio-anatômico. As ciências humanas são elas próprias fragmentadas e compatimentadas. Assim, a complexidade humana torna-se invisível e o homem desvanece como um rastro de areia... Paradoxalmente, assiste-se ao agravamento da ignorância do todo, enquanto avança o conhecimento das partes.

Um novo paradigma, adverte ele, pode tanto elucidar, mas ao mesmo tempo cegar, pode tanto revelar como simultaneamente ocultar a verdade.

UM NOVO PARADIGMA?

Na conclusão deste artigo, não pretendo aplaudir nem condenar opções pessoais ou epistemológicas, nem tenho a pretensão de fazer recomendações formais de ordem temática ou metodológica sobre o que a pesquisa em jornalismo deveria ser. Tampouco penso que cada pesquisador precisa fazer escolhas racionais, explícitas e definitivas por um ou por outro paradigma antes de por em prática cada projeto individual. Não posso também entrar aqui no campo da filosofia da ciência nem na discussão a respeito de qual paradigma possui maior potência explicativa ou mais viabilidade de aplicação à realidade empírica brasileira e latino-americana. Para quem quer revisar essas questões, recomendo a confrontação feita por outros autores (HAVENS, 1974; MILLER, 2002), uma vez que essa comparação ultrapassa os propósitos deste artigo.

Entretanto, sinto-me atraído a endossar alguns dos saberes fundamentais sugeridos por Edgar Morin (2005), que necessitam ser levados em conta pelos pesquisadores em suas contínuas opções epistemológicas. Inverterei os sete saberes indicados pelo autor e trarei para o primeiro plano de sua antropo-ética (a ética do gênero humano) o desafio maior de construir hoje saberes e práticas sociais respeitando as liberdades fundamentais. A antropo-ética, ensina Morin, compreende a esperança na completude da humanidade como uma consciência e uma cidadania planetárias. Compreende ainda a aspiração e a vontade, mas também aposta no incerto: “Ela é consciência individual além da individualidade”. Uma ética tripla, no dizer do autor, consciente de que o humano é ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie. Desse modo, diz ele, “o desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana”. Partindo desse princípio, conclui Morin, esboçam-se as grandes finalidades ético-políticas do novo milênio: “estabelecer uma relação de controle mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia” (MORIN, 2005, p. 17).

Nesse sentido, será preciso pensar, como adverte Morin, nos determinismos provenientes das crenças assumidas como dogmas de um campo, que impõem uma força normalizadora dos tabus, proibições, rigidezes, bloqueios: “As doutrinas e ideologias dominantes dispõem igualmente da força imperativa que traz a evidência aos convencidos e [dispõem igualmente] da força coercitiva que suscita o medo inibidor nos outros”. Ele acrescenta: “as crenças não são somente produtos da mente, são também seres mentais que têm vida e poder. Dessa maneira, podem possuir-nos” (Morin, 2005, p. 27). Por isso, conclui ele, necessitamos civilizar nossas teorias, desenvolver novas teorias abertas, racionais, críticas, autocríticas, aptas a se autorreformularem.

Mais apropriadamente até que uma prévia postura epistemológica, trata-se aqui de buscar paradigmas orientadores da teoria e da pesquisa, *concepções mestras* que selecionam e subordinam os conceitos operacionais das análises. Como observa Edgar Morin, o nível paradigmático, oculto sob a lógica que conduzirá o estudo, é aquele dos princípios que selecionam as ideias, que por sua vez estarão integradas à teoria e ao desenvolvimento da análise empírica. Além disso, o nível paradigmático efetua a operacionalização lógica da pesquisa, designa as categorias fundamentais e o seu emprego na investigação empírica. Assim, resume Morin, “os indivíduos conhecem,

pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles... O paradigma instaura relações primordiais que constituem axiomas, determina conceitos, comanda discursos e teorias” (Morin, 2005, p. 25-26)¹⁴. Mas, atenção: nossos sistemas de ideias, teorias, doutrinas estão sujeitas ao erro e ainda protegem o erro e as ilusões, resistindo às ideias que não lhes convêm ou que não podem assimilar. Dessa forma, as teorias resistem à agressão de teorias inimigas e argumentos contrários. Mesmo as teorias científicas (que pressupostamente deveriam aceitar refutações) manifestam essa resistência.

A proposta de construir os saberes e práticas sociais respeitando as liberdades remete-me ao conceito de “desenvolvimento como liberdade”, do economista indiano Amartya Sen (2009), prêmio Nobel de economia, hoje professor na Universidade de Harvard. As ideias de Sen, a meu ver, são relevantes como parâmetros e inspiração para a constituição de um paradigma holístico e humanitário, inspirador para as ciências sociais deste novo milênio e para uma multidisciplinar teoria da comunicação e do jornalismo em particular. Sen propõe a liberdade como o fim do processo de desenvolvimento humano, restituindo aquilo que antes era assumido como meta do desenvolvimento (o aumento da renda, o acesso aos recursos de saúde e educação, o avanço tecnológico, os direitos civis e outros indicadores sociais) a meros meios que restringem as oportunidades e precisam ser removidos a fim de se alcançar o bem supremo e o mais abrangente de todos, a liberdade humana¹⁵.

Trago aqui as ideias de Amartya Sen não só porque elas realçam a liberdade como fim do processo de desenvolvimento social e corroboram, a meu ver as ideias, de Edgar Morin, mas também porque elas nos remetem de volta aos riscos do abandono das relações sociais como o princípio e o fim das teorias e pesquisas sociais. A despeito do aumento sem precedentes da opulência global e do avanço dos regimes democráticos, observa ele, o mundo nega liberdades elementares a um grande número de pessoas. Relembra-nos, assim, que o crescimento econômico, a conquista de um maior bem-estar geral e o aumento das liberdades individuais das últimas décadas não eliminaram as desigualdades, a exclusão, a alienação e a dependência cultural.

O exemplo brasileiro é ilustrativo dessa contradição: somos hoje a sexta economia global, mas o nosso índice de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é apenas o 84º do mundo. A desigualdade e a exclusão social de nosso país ilustra bem o paradoxo: por um lado, o crescimento econômico invejável, que nos enche de orgulho; por outro, a persistência da pobreza, miséria, violência urbana, a ausência

de transporte coletivo de qualidade, escolas e postos de saúde carentes e tantas outras privações que restringem a liberdade das pessoas e comunidades e que nos envergonham. Assim, se temos uma indústria aeronáutica sofisticada, uma tecnologia eleitoral invejada, desenvolvemos um motor bicombustível e a tecnologia do etanol e tantos avanços copiados hoje pelo mundo, mantemos, em contrapartida, um alto índice de mortalidade infantil, uma expectativa de vida mais baixa que países muito mais pobres, e outros indicadores vergonhosos. Como explicar isso? Como não se indignar diante disso? Como seguir ignorando esses fatos como referência para as nossas pesquisas?

Nossa teoria, nossos paradigmas, nossas categorias de análise não podem, a meu ver, ignorar tais contradições sociais como pontos de partida, nem alienar-se delas em nome de uma pesquisa pura, um distanciamento científico ascético, um falso rigor objetivista. Por conseguinte, insistir na “asepsia científica” para justificar uma pesquisa e uma teoria que se satisfazem pela beleza autoexplicativa é um ato de cinismo, alienação e arrogância acadêmica. Como pesquisadores da comunicação, não podemos fechar os olhos em relação à barbárie que grassa em nossa indústria cultural. Não temos o direito de afrouxar o cinto nem deixar de nos indignar diante de uma realidade cruel, inquietante e opressora em relação às liberdades humanas básicas.

Não quero dizer, com essas afirmações, que a pesquisa acadêmica deve estar a serviço das demandas sociais imediatas, ou se submeter às solicitações das políticas públicas. O conhecimento científico necessita, na verdade, de certo distanciamento da história, de uma autonomia para fazer suas opções com independência e construir teorias autônomas. Nessa perspectiva, não reivindico, de maneira saudosista, um poder explicativo maior às pesquisas das décadas anteriores. Elas não têm necessariamente maior potência explicativa ou maior valor heurístico porque nasceram arraigadas em solo social e político. Não se trata de voltar, nem de copiar o passado. A secularização dos costumes e o desenvolvimento de um novo espírito científico geraram demandas diferentes daquelas do século anterior. A recuperação da origem dos estudos latino-americanos nesta exposição serve apenas para tornar visível o caráter inevitavelmente histórico das teorias sociais, das teorias da comunicação e do jornalismo em particular, bem como para constatar que a história prossegue e que as teorias contemporâneas têm igualmente um caráter histórico (talvez mais explícito quando vistos no futuro).

O momento da pesquisa hoje é outro, e os desafios são

diferentes. O conhecimento científico requer atualmente um caminho rigoroso, exige uma severa crítica aos procedimentos de cada projeto, um controle permanente das subjetividades. Mais do que nunca, exige evitar dogmatismos. Em relação ao passado, os modelos construídos pela pesquisa em comunicação e jornalismo têm hoje uma força explicativa e preditiva mais abrangente. A compreensão dos fenômenos sociais sofisticou-se, tornou-se mais factual e precisa, de forma que já não se repete o axioma dogmático que a ideologia dominante é uma avassaladora força impositiva. Muito apropriadamente, a apreensão da dinâmica cultural passou a considerar as forças opostas em permanentes confrontos (MOTTA, 1983)¹⁶.

Os pesquisadores estão muito mais vigilantes, cautelosos, sistemáticos, e estão corretos. Em termos de sistematização e rigor, a pesquisa não regrediu, pelo contrário, evoluiu muito. Nos aspectos formais, estamos hoje bem melhor que antes. Nas questões temáticas, conforme observei em reflexão anterior (MOTTA, 2005), a pesquisa em jornalismo evoluiu de um paradigma midiacêntrico, clichê e simplificador, para um paradigma sociocêntrico, de maior capacidade explicativa. A mídia e o jornalismo não são mais tomados como meras “indústrias da consciência”. Não se trata de voltar nem copiar o passado, portanto.

Há, por conseguinte, riscos em camuflar-se na pseudoneutralidade em nome de um conhecimento “mais puro e moderno”. As demandas éticas, a meu ver, permanecem como o pano de fundo e oferecem um sentido lato às teorias, tornando-as mais válidas enquanto compreensão, explicação e transformação do todo social. Nesse sentido, na medida do possível em cada situação, reivindico que as pesquisas e teorias sociais partam e retornem às relações sociais da sociedade que a elas confere existência, sentido e viabilidade. Muito além da questão moral, sobrepõe-se a questão ética. Será que não temos mais motivos para nos indignar diante de uma realidade hedonista, dos fetiches, desventuras e incertezas do mundo latino-americano contemporâneo? Será que não precisamos mais de *concepções mestras* inspiradas na emancipação e dignidade humanas para iluminar nossas pesquisas de campo?

Para apoiar o meu ponto de vista, concluo citando uma vez mais as sábias palavras de Sousa Santos (1989, p. 13-14) sobre o conhecimento que temos a respeito de nossa própria ciência (o qual ele denomina de um *processo hermenêutico*), uma consciência necessária para transformá-la, de um objeto distante e incomensurável em relação à nossa vida diária, em um objeto familiar e próximo, capaz de comunicar suas valências e limites. Compreender a ciência, diz ele, não é fundá-

la dogmaticamente em qualquer dos princípios a priori. Ao contrário, conclui:

[...] trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo, e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados... Tornar compreensível o que as ciências sociais são na sociedade, e o que elas dizem sobre a sociedade... Enquanto prática de conhecimento, as ciências sociais transformam a sociedade em múltiplos objetos teóricos e, nesse sentido, objetivam (coisificam) a sociedade. Contudo, o conhecimento social desse conhecimento faz com que tal objetivação seja apropriável e, nessa medida, subjetivável. Isso ocorre precisamente na medida em que os objetos teóricos se transformam nos objetivos sociais dos sujeitos sociais que podem investir no conhecimento científico-social e, portanto, apropriar-se dele.

Creio não ser preciso acrescentar nada mais a esta breve reflexão sobre a continuidade/descontinuidade dos paradigmas orientadores da pesquisa em comunicação e jornalismo no continente latino-americano. Cada pesquisador deve refletir por si próprio sobre o que deve ser tomado como um conhecimento válido sobre o mundo empírico e até onde a sua teoria poderá servir de orientação para a ação sobre este mundo.

NOTAS

- 1 Aos interessados em resumos recapituladores, remeto à obra de Weber, Bentz e Hohlfeldt (2002), que esboça uma discussão de tendências da pesquisa, particularmente ao artigo C. Berger (2002) nesta coletânea. Na mesma linha, há a coletânea de C. Lago e M. Benetti (2007). Recomendo ainda consulta às últimas edições da *Brazilian Journalism Research*, na qual artigos de vários autores arriscam sistematizações das tendências recentes da pesquisa sobre jornalismo. Há também dezenas de dissertações e teses dos cursos de pós-graduação que fazem resumos parciais dos estudos do jornalismo. Para uma revisão compreensiva das grandes teorias da comunicação (que abrangem as teorias do jornalismo), remeto à obra de Katherine Miller (2002).
- 2 É difícil separar a pesquisa em comunicação da pesquisa em jornalismo no Brasil e na América Latina. Embora os dois campos comecem a constituir disciplinas relativamente autônomas, eles se confundiam durante a segunda metade do século passado, e se sobrepõem conceitualmente ainda hoje. Inúmeros estudos sobre processos produtivos, discursos e recepção do jornalismo, por exemplo, são tratados como pesquisas em comunicação, mesmo quando seu objeto empírico é a reportagem. É quase impossível delimitar um campo preciso da pesquisa em jornalismo autônomo em relação à pesquisa em comunicação. Nesta exposição, esses dois campos podem se confundir. Manifesto minha consciência do impasse e advirto sobre uma inevitável sobreposição.

- 3 Adoto aqui o conceito de teoria de Miller (2002, p. 23), que remete ao conceito de metateoria: “A theory is an abstract statement that provides an understanding or explanation of something observed in the social world. A theory functions to answer empirical, conceptual, and practical questions, and the quality of a theory can be assessed... in terms of the answers provided to those questions”.
- 4 O jurista, jornalista e militante dos direitos humanos franco-irlandês Sean MacBride presidiu a comissão. Fundador da Anistia Internacional, faleceu em 1988. Entre os latino-americanos, havia dois proeminentes intelectuais da região na comissão: o escritor e jornalista colombiano Gabriel Garcia Marques e o economista chileno Juan Somavia, então diretor do ILET (Instituto Latino-americano de Estudios Internacionales), que desenvolveu dezenas de pesquisas sobre a dependência informativa do continente. Fernando Reyes Matta, influente pesquisador chileno no período, pertencente ao mesmo ILET, trabalhou como consultor.
- 5 Paulo Freire (1980) adverte que ele não é o criador do termo “conscientização”, mas sim o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Reconhece, no entanto, que o uso da palavra casa-se perfeitamente com a sua educação como prática da liberdade, um ato de conhecimento que se traduz pela aproximação crítica da realidade: “a conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível, e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se ‘des-vela’ a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto... Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980, p. 26). A definição do conceito de Freire revela com clareza a compreensão do termo “crítico” que grassava entre os pesquisadores e militantes políticos da região.
- 6 Mais uma vez, Paulo Freire é o inspirador do confronto conceitual e político. Em um ensaio paradigmático, Freire (1970) iguala a atividade de extensão à persuasão e domesticação de um sujeito (o extensionista) sobre um objeto (o camponês). E contrapõe a intersubjetividade e a intercomunicação para substituir a extensão por uma relação comunicativa entre os sujeitos cognoscentes em torno de um objeto cognoscível: “Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado [...] e a comunicação entre ambos[...] Daí que o conteúdo da comunicação não possa ser comunicado de um sujeito a outro[...] A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (FREIRE, 1970, p. 65-67). A comunicação verdadeira,

prossegue, não está na exclusiva transferência de conhecimentos de um sujeito a outro, mas em uma coparticipação no ato de compreender: “Esta é a comunicação que se faz criticamente” (FREIRE, 1970, p. 70). O conceito de comunicação participativa de Paulo Freire teve ampla influência sobre os pesquisadores da região no período.

- 7 A “enquete operária” de Michel Thiollent (1980), de cunho marxista, buscava articular a ação sociológica com a conscientização e a mobilização dos trabalhadores, fortalecendo a relação entre a vanguarda política e as massas. Cada item do questionário sugerido por essa metodologia era um estímulo didático para produzir o “desbloqueio” dos sujeitos e gerar no respondente reação consciente sobre a sua própria situação política e social.
- 8 Aos interessados nas influências e críticas às ideias da Escola de Frankfurt, sugiro a revisão que Mogendorff (2012) faz dessa escola. No seu artigo, Mogendorff revela como a ética ocupava uma centralidade na obra dos autores alemães nas suas críticas à produção em massa de conhecimento. O trabalho faz também um resumo das críticas que alguns intelectuais fizeram às teorias frankfurtianas (incluindo Martin-Barbero). Sugiro também a leitura de Rudiger (1998).
- 9 As influências vieram inicialmente dos marxistas ingleses E. P. Thompson (1988) e R. Williams (1981), além do pensador marxista italiano A. Gramsci (2005). Mais tarde, S. Hall (1992, 1993, 1997), outro expoente dos estudos culturais ingleses, tornou-se uma das referências principais para os estudos da comunicação na região.
- 10 Discuti essa influência em trabalho anterior (Motta, 1983). A propósito, é oportuno lembrar aqui a definição dinâmica das culturas populares de Canclini (1983, com a qual concordo: elas são resultados de uma apropriação desigual do capital cultural, específico das condições de vida por meio das quais há uma interação conflitiva [grifo dele] com os setores hegemônicos).
- 11 Muitos autores preferem dizer que o momento de transição paradigmática mais ou menos coincidente com a virada do último século é, na verdade, a passagem da modernidade à pós-modernidade. Boaventura de Sousa Santos (1989), por exemplo, à falta de melhor designação, chama de ciência pós-moderna aquela surgida após a transição das formas de conhecimento ocorridas nesse momento histórico.
- 12 Creio que essa conceituação do pré-moderno e moderno se adéqua bem à transição latino-americana. Segundo Giddens (2002), na cultura pré-moderna, as relações de parentesco, a familiaridade da comunidade,

- as cosmologias religiosas e a tradição estabilizam os vínculos sociais e garantem a confiança frente aos riscos. Nas sociedades modernas, as relações pessoais, sexuais ou de amizade, os sistemas abstratos e a orientação para o futuro passam a ser as variáveis que estabilizam esses vínculos. A passagem entre um e outro momento, que antes significava uma continuidade social, provoca agora uma sensação de aprisionamento em um universo de acontecimentos incompreensíveis, cujos sentidos últimos nos escapam.
- 13 Não posso discutir a especialização do conhecimento em profundidade aqui. Nicolescu (1999) chama essa fragmentação das ciências de “big-bang” disciplinar, um movimento que multiplicou as disciplinas, tornando-as fechadas sobre si mesmas. Um movimento racionalista radical que entende o mundo como uma máquina, da qual é possível conhecer as partes componentes individualmente, isolar cada peça como um compartimento estanque. Um reducionismo, segundo ele, que converte o complexo em simples, quantitativo e objetivo, abolindo as ambiguidades e incertezas.
 - 14 Morin afirma que “o paradigma desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supraconsciente” (Morin, 2005, p. 26). É oportuno recordar novamente o conceito de paradigma de T. Kuhn (2001). Segundo ele, o paradigma é um modelo ou padrão científico universalmente reconhecido durante certo período de tempo, que fornece soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência; indica também uma constelação de crenças, valores, procedimentos e técnicas partilhadas por essa comunidade. É, portanto, muito mais que uma teoria, pois gera teorias.
 - 15 Sen considera as liberdades substantivas dos indivíduos um elemento constitutivo básico do desenvolvimento. Para ele, a capacidade das pessoas de levarem o tipo de vida que elas valorizam pode ser aumentada. Isso influirá na direção das políticas públicas e na capacidade de participação. Ter mais liberdade, argumenta ele, melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo. Dessa maneira, ele centra sua proposta na condição do sujeito como um agente ativo e autônomo (SEN, 2009).
 - 16 Em artigo de 1983 (MOTTA, 1983), eu já advertia sobre a simplificação proveniente da ortodoxia marxista a respeito da incorporação ideológica das classes subalternas pela indústria cultural. Dizia, então, que não existe uma manipulação cultural avassaladora. Toda a parafernália ideológica esbarra sempre nas condições sociais e históricas concretas. A

teoria tampouco deve deificar uma cultura popular “pura” ou “superior”, pois ela está sempre impregnada dos valores da cultura hegemônica. Ao estudar as práticas e representações culturais de um determinado segmento social, dizia também ser necessário considerá-las como reações às ações de outros grupos, visto que os movimentos de um grupo ou classe se dão sempre através de um enfrentamento explícito ou implícito com outras forças, tanto ao nível da produção como da vida cotidiana e circulação dos bens culturais.

REFERÊNCIAS

- BARBERO, J. M. **De los medios a las mediaciones**. Bogotá: Ed. Gustavo Gili, 1998.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.
- BECK, U. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BERGER, C. **Jornalismo na Comunicação**. IN: WEBER, M.; BENTZ, I.; HOLFELD, A. **Tensões e objeto da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CREMA, R. **Introdução à visão holística**. São Paulo: Summus, 1989.
- CREMA, R.; BRANDÃO, D. M. S. **O novo paradigma holístico**. São Paulo: Summus, 1991.
- FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.
- GIDDENS, A. **Consecuencias de la modernidade**. Madrid: Alianza, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HALL, S. The question of cultural identity. In: HALL, S.; HELD, A. M. **Modernity and its future**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 274-316.
- HALL, S. et al. A produção das notícias. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo**. Lisboa: Vega, 1993.
- HALL, S. **Cultural representations ad signifying practices**. Londres: SAGE, 1997.
- HAVENS, E. Methodological issues in the study of developmet, I **Sociologia ruralis**, v. XII, n. 3-4, p. 252-272, 1972.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001
- LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis:

Vozes, 2007.

LYOTARD, J-F. **A Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998.

MATTELART, A.; MATTELART, M.; PICCINI, M. **Los medios de comunicación de masas: la ideología de la prensa liberal**. Santiago de Chile: Cuadernos de la Realidad Nacional, 1970.

MATTELART, A; DORFMAN, A. **Para ler o Pato Donald**. São Paulo: Paz e terra, 2010.

MILLER, K. **Communication theories: perspectives, processes, and contexts**. New York: McGraw-Hill, 2002.

MOGENDORFF, J. R. A Escola de Frankfurt e seu legado, **Verso e reverso**, v. XXVI, n. 63, p. 152-159, 2012.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTTA, L. G. Cultura de resistência e comunicação alternativa no Brasil. In: **Comunicação&Política**, v. 1, n. 1, 1983.

MOTTA, L. G. A pesquisa em jornalismo no Brasil: paradigmas em confronto. In: LOPES, M. I.; MELO, J. M. V.; MOREIRA, S. V.; BRAGANÇA, A. **Pensamento comunicacional brasileiro**. São Paulo: INTERCOM, 2005.

NICOLESCU, B. **Manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRION, 1999.

RUDIGER, F. Comunicação e indústria cultura: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências da comunicação**, v. 21, n. 2, p. 13-25, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SOUSA SANTOS, B. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, E. P. **The making of the English working class**. UK: Penguin, 1988.

UNESCO. **Um solo mundo, voces multiples** - Informe de la comisión internacional sobre problemas de la comunicación. México/UNESCO, Paris: Fondo de Cultura Económica, 1980.

VERÓN, E. **Lenguaje y Comunicación Social**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1969.

WEBER, M. H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

WEIL, P. **Holística: uma nova visão e abordagem do real**. São Paulo: Palas Atenas, 1990.

WILLIAMS, R. **Cultura** - sociología de la comunicación del arte. Buenos Aires: Paidós, 1981.

Luiz G. Motta é professor titular da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq. É doutor pela University of Wisconsin (USA), com estágio de pós-doutorado na Universidad Autònoma de Barcelona. E-mail: luizmottaunb@yahoo.com.br

RECEBIDO EM: 04/04/2013 | ACEITO EM: 10/06/2013